

ANALISTA TRIBUTÁRIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Administração Aduaneira e Modelo de Controle - MCA

1

Ao longo do tempo, observaram-se alterações no papel e na missão das Aduanas, que evoluíram em função das transformações no comércio e nas sociedades.

Com relação à evolução das aduanas e sua missão, assim como sua importância no futuro do comércio exterior, assinale a afirmativa correta.

- (A) A redução paulatina de alíquotas nas sucessivas rodadas de negociações multilaterais do GATT, a partir da metade do século passado, fez com que os tributos aduaneiros tivessem cada vez menos importância na arrecadação da maioria dos países, dando-se maior relevância a temas não tarifários, que afetam as operações de comércio exterior.
- (B) O documento *Customs in the 21st Century: Enhancing Growth and Development through Trade Facilitation and Border Security*, da OMA, esclarece que a missão das Aduanas, mundialmente aceita, é a de desenvolver e implementar um conjunto de políticas e procedimentos que promovam o aumento do volume de comércio entre nações.
- (C) Cada país aloca a Aduana em distintos órgãos e ministérios, de acordo com sua política governamental e administrativa, sendo que, em alguns países, como os Estados Unidos, o Canadá, a China e a Austrália, a segurança nacional e proteção de fronteiras possui alta relevância, o que acarreta que as Aduanas atuem vinculadas a Ministérios da Justiça, Interior ou Segurança Nacional, fusionadas ao controle de imigração.
- (D) Há um núcleo comum, nos diversos países do mundo que adotam diferentes modelos de estrutura organizacional das Aduanas, uma vez que há, primordialmente, a preocupação com o aumento do comércio internacional e, em consequência, com o aumento da receita gerada pela cobrança de direitos de importação e exportação, os quais ainda representam substancial parte da arrecadação em vários países membros da OMA.
- (E) De acordo com a OMA, o futuro das Aduanas dependerá das iniciativas tomadas e da liderança das Aduanas nas medidas de fronteira, em um mundo cada vez mais complexo, sendo elementos-chave a capacidade de negociação entre órgãos da Aduana e o Setor Privado, e entre as Aduanas e Operadores Econômicos Autorizados, exatamente os dois pilares do Marco SAFE.

2

Em 2012, o Ministério da Fazenda, que tem a atribuição constitucional para a fiscalização e controle do comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, publicou o documento *Visão de Futuro para a Aduana Brasileira*.

De acordo com esse documento, as funções da Aduana podem ser econômicas e não-econômicas, sendo correto afirmar que

- (A) entre as funções não-econômicas ressalta-se a aplicação de medidas de defesa comercial (*antidumping*, salvaguardas, direitos compensatórios e controle de cotas).
- (B) as funções econômicas podem ser subdivididas, ainda, como medidas de defesa da segurança pública e do Estado e medidas de proteção da sociedade.
- (C) entre as funções econômicas encontra-se a manutenção do ambiente concorrencial, combatendo o descaminho, a informalidade, o subfaturamento e a pirataria.
- (D) a garantia da defesa dos direitos dos consumidores, e a observância às normas técnicas para comercialização de produtos são uma função não-econômica, de segurança pública e do Estado.
- (E) o combate à lavagem de dinheiro e à movimentação internacional de recursos do crime, realizada pelo controle da entrada de dinheiro no território nacional e de sua saída, são uma função econômica.

3

Sobre a organização e estrutura da Aduana, na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) De acordo com o Regimento Interno da RFB, cabe à Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana), que é órgão máximo aduaneiro na estrutura da RFB, as funções de planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à administração aduaneira, e de gerenciar as atividades relativas às operações aéreas desenvolvidas pela RFB.
- (B) Compete à Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep) gerenciar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho, à contrafação, à pirataria, ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, ao tráfico internacional de armas de fogo e munições, à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e a outros ilícitos aduaneiros.
- (C) A Subsecretaria de Administração Aduaneira (Suana) têm sob sua jurisdição três coordenações: a Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) - que comporta duas coordenações de área, um Centro Nacional de Operadores Econômicos Autorizados e uma Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - a Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep) e a Coordenação Especial de Riscos Aduaneiros (Corad).
- (D) Além das unidades centrais aduaneiras, há ainda, regimentalmente, unidades descentralizadas aduaneiras, no âmbito das 10 Superintendências Regionais da RFB, sendo esta estrutura descentralizada composta por Divisões de Administração Aduaneira (Diana), Divisões de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) e unidades descentralizadas locais, com competência aduaneira, em Delegacias, Alfândegas e Inspetorias.
- (E) A Coordenação de Controle de Intervenientes no Comércio Exterior (Coint), faz parte da estrutura da Coordenação Especial de Riscos Aduaneiros (Corad) e tem por função gerenciar as atividades relativas ao controle das operações de importação, exportação e internação; ao controle de carga, de veículos e de trânsito aduaneiro; ao controle de regimes aduaneiros especiais; e ao controle de bens de vialjantes.

4

Os processos de trabalho aduaneiro podem impactar significativamente o fluxo do comércio internacional.

Na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), os processos de trabalho podem ser exclusivamente aduaneiros ou podem ser processos comuns tanto à área aduaneira como à tributária. Porém, mesmo sendo processos comuns a ambas as áreas, existem especificidades aduaneiras em relação a eles.

Assinale a opção que apresenta apenas processos de trabalho comuns às áreas aduaneira e tributária.

- (A) Autorizar intervenientes e formular atos normativos e interpretativos.
- (B) Capacitar e desenvolver pessoas e promover a ética institucional;
- (C) Realizar governança de TI e controlar processos de importação e exportação.
- (D) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias e realizar a vigilância e repressão.
- (E) Controlar processos aduaneiros diferenciados e realizar pesquisa, seleção e gestão de riscos.

5

Tendo em vista as atividades de controle aduaneiro e de fiscalização aduaneira, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A expressão controle aduaneiro não se refere, necessariamente, a uma efetiva ação fiscal, podendo abranger o acompanhamento ou o monitoramento, inclusive remoto.
- II. A fiscalização aduaneira tem por substrato as operações de comércio exterior, enquanto o controle aduaneiro é focado nos elementos que permeiam tais operações.
- III. A habilitação de pessoas para atuar no comércio exterior, na sua logística ou nos procedimentos aduaneiros é atividade de fiscalização aduaneira.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6

No despacho aduaneiro todas as operações estão sujeitas a controles horizontais, sendo que tanto as importações como as exportações estão sujeitas a apresentação da carga em recinto alfandegado e são obrigatoriamente objeto de apresentação de declarações por parte dos importadores e exportadores por meio do (Siscomex).

Com relação aos canais de conferência aduaneira, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em menos da metade das importações e das exportações, as verificações são efetuadas exclusivamente no Siscomex, com a liberação automática das mercadorias, no chamado canal verde de conferência aduaneira.
- (B) As ações da fiscalização podem se resumir a verificações documentais no canal amarelo, na exportação, ou no canal laranja, na importação.
- (C) As ações de fiscalização podem abranger operações mais complexas, de verificação da origem dos recursos aplicados no comércio exterior, combate à interposição fraudulenta e à lavagem de dinheiro, no canal vermelho, na importação, e no canal cinza, na exportação.
- (D) A fiscalização, no canal cinza, por ser a mais rigorosa, só pode ser efetuada em recinto alfandegado de zona secundária, e inclui a verificação física das mercadorias, documental e de origem dos recursos, assim como o combate à interposição fraudulenta e à lavagem de dinheiro.
- (E) As ações de fiscalização aduaneira podem abranger as verificações documental e física das mercadorias no chamado canal vermelho, tanto na exportação como na importação.

Controle de Carga, Fluxo de Informações e Gestão Coordenada de Fronteiras - CCA

7

Sobre o trânsito aduaneiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O regime aduaneiro especial de trânsito aduaneiro permite a internalização do processo de importação para recintos alfandegados localizados em zona secundária, pela transferência da mercadoria de um ponto alfandegado a outro, com a suspensão do pagamento do IPI Importação.
- (B) As sociedades empresárias usam o regime de trânsito aduaneiro para permitir melhor planejamento e controle logístico da cadeia produtiva na importação de insumos, transferindo as mercadorias diretamente dos pontos de chegada no território nacional até os seus estabelecimentos, com suspensão dos tributos e aptas a serem utilizadas em seu processo produtivo.
- (C) Existem diversos tipos de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) de acordo com a finalidade da movimentação de carga estrangeira dentro do território nacional, sendo o beneficiário do regime exclusivamente o consignatário que consta no conhecimento de carga.
- (D) As mercadorias de origem estrangeira destinadas ao exterior, mas em passagem pelo território nacional, não deverão ser submetidas ao regime de trânsito aduaneiro.
- (E) O beneficiário de trânsito poderá contratar qualquer transportador para a realização da transferência da mercadoria do ponto de entrada no território nacional até o ponto de destino.

8

Sobre os procedimentos de controle do regime de trânsito aduaneiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A verificação da integridade dos elementos de segurança é realizada antes da partida do veículo na unidade de origem e após o registro da chegada do veículo na unidade de destino.
- (B) A interrupção e o redirecionamento encerram a operação de trânsito aduaneiro em qualquer caso.
- (C) O armazenamento da carga é uma etapa realizada pelo depositário do recinto de destino do trânsito após o registro da chegada do veículo nesse recinto.
- (D) A conferência do trânsito por violação de lacre ocorre no destino do trânsito em todos os veículos que foram informados em uma operação de trânsito.
- (E) A parametrização da declaração de trânsito aduaneiro para canal de conferência e a sua conferência são etapas realizadas no destino do trânsito.

9

A Gestão Coordenada de Fronteira consiste em iniciativas e ações que envolvem a cooperação e coordenação entre as autoridades aduaneiras, migratórias, sanitárias e outros órgãos governamentais, de um mesmo país ou de países vizinhos, que atuam diretamente nessas fronteiras.

Assinale a opção que indica uma ação correta para a iniciativa destacada.

- (A) Criação de áreas de controle integrado – permitir que a comunicação entre as autoridades de fronteira ocorra de forma sistêmica e organizada entre os diferentes órgãos dos diferentes países.
- (B) Capacitação e treinamento – permitir a transmissão e troca de informações entre os órgãos de controle de forma eletrônica, com a utilização de tecnologia e inovações em sistemas, proporcionando maior eficiência nas operações de fronteira.
- (C) Harmonização de procedimentos – permitir que procedimentos aduaneiros de órgãos com funções análogas, mas de países distintos, sejam também realizados de forma análoga nas inspeções de fronteira.
- (D) Nomeação de coordenadores de fronteira – permitir o compartilhamento físico de instalações no qual autoridades de diferentes países possam trabalhar de forma conjunta e coordenada, eliminando redundâncias e agilizando os processos.
- (E) Utilização de tecnologia para intercâmbio de informações – permitir a uniformização dos procedimentos nas unidades de fronteira, assim como a disseminação de melhores práticas a serem adotadas.

10

Sobre o controle de carga no comércio exterior brasileiro, realizado a partir de informações prestadas pelos intervenientes responsáveis pelo fluxo logístico da carga em sistemas de controle informatizados geridos pela Receita Federal do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Existem prazos legais para que os transportadores informem os dados do manifesto e do conhecimento nos sistemas informatizados; o seu descumprimento acarreta multa aplicada ao responsável pela informação.
- (B) Os sistemas de controle não registram as operações que configuram a troca de responsabilidade dos intervenientes pela carga sob a sua custódia, como, por exemplo, a entrega da carga do depositário de um recinto para o transportador responsável pelo trânsito aduaneiro.
- (C) Os sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil são limitados a registros de conhecimento e manifesto, não permitindo sua utilização para fins de auditorias de conformidade, como, por exemplo, verificar se a quantidade informada em manifesto foi efetivamente descarregada em determinado ponto de desembarque da carga.
- (D) No modal rodoviário, as cargas e os veículos, na importação e na exportação, são manifestados em um mesmo sistema de controle.
- (E) Uma Declaração de Importação (DI) ou uma Declaração Única de Importação (DUIMP) prescindem do registro do conhecimento de carga a um sistema de controle em todos os casos.

Despacho Aduaneiro Operacional - DDA

11

Sobre o despacho aduaneiro de importação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A mercadoria procedente do exterior está dispensada de despacho de importação quando destinada a uso pessoal do importador.
- (B) O despacho aduaneiro de importação tem por finalidade verificar apenas a regularidade fiscal da mercadoria importada.
- (C) A Declaração Única de Importação (Duimp) substituiu integralmente a Declaração de Importação (DI) desde 2018, sendo esta última extinta.
- (D) A Duimp pode ser registrada de forma antecipada, ou seja, antes da chegada da carga, para qualquer operação de importação e tipo de importador, OEA ou não OEA.
- (E) As mercadorias estrangeiras admitidas em regime aduaneiro especial estão dispensadas de despacho quando transferidas para outro regime, pois já se submeteram a despacho para admissão no primeiro regime.

12

Correlacione as etapas do fluxo normal do despacho de importação com DI às respectivas descrições.

1. Registro da DI
 2. Gestão de risco
 3. Verificação da mercadoria
 4. Desembaraço aduaneiro
 5. Distribuição da DI
- () Etapa em que o sistema define o canal de conferência (verde, amarelo, vermelho ou cinza), conforme análise do gerenciamento de risco.
 - () Ato inicial do despacho, no qual ocorre o pagamento automático dos tributos e a vinculação da carga à declaração de importação.
 - () Procedimento realizado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou, sob a sua supervisão, por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.
 - () Ato privativo do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que marca a conclusão da conferência aduaneira e autoriza a liberação da mercadoria.
 - () Ocorre após a anexação dos documentos pelo importador e é realizada por Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil com perfil de supervisor

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.
- (B) 2 – 1 – 3 – 5 – 4.
- (C) 1 – 3 – 2 – 4 – 5.
- (D) 1 – 2 – 4 – 3 – 5.
- (E) 2 – 1 – 4 – 3 – 5.

13

Com base no disposto sobre a verificação da mercadoria no curso da conferência aduaneira, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A verificação da mercadoria tem como finalidade sua identificação e quantificação, bem como a determinação de sua origem e classificação fiscal.
- (B) A lavratura do Relatório de Verificação Física (RVF) é obrigatória sempre que a verificação física da mercadoria for realizada por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.
- (C) A verificação da mercadoria pode ser realizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ou, sob sua supervisão, por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.
- (D) No curso da conferência aduaneira, a verificação da mercadoria pode ser realizada por amostragem.
- (E) Quando a mercadoria estiver depositada em recinto alfandegado, a verificação poderá ser feita na presença do depositário ou de seus prepostos, sendo dispensada a presença do importador.

14

Com base nas disposições sobre o despacho aduaneiro de exportação, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O embarque da mercadoria para o exterior só pode ocorrer após o desembaraço da DU-E.
- II. A Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada no Portal Único Siscomex, é o documento-base do despacho de exportação e substituiu integralmente, desde 2018, todos os demais tipos de declarações, sem exceções.
- III. O controle administrativo das exportações realizadas via DU-E é processado de forma independente e paralela ao controle aduaneiro, e as autorizações de órgãos anuentes são obtidas por meio do Módulo LPCO.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

15

Com base nas disposições sobre o despacho aduaneiro de exportação processado por meio da Declaração Única de Exportação (DU-E), assinale a afirmativa correta.

- (A) O Relatório de Verificação Física (RVF) é facultativo nas DU-E selecionadas para o canal vermelho, sendo lavrado apenas quando houver indícios de fraude.
- (B) O despacho com embarque antecipado ocorre quando o exportador registra a DU-E após o embarque da mercadoria.
- (C) No gerenciamento de risco da DU-E, os canais de conferência aduaneira possíveis são: verde, amarelo, vermelho e cinza, conforme a intensidade da fiscalização necessária.
- (D) A averbação do embarque é a confirmação da saída da mercadoria do País, podendo ocorrer automaticamente desde que a DU-E esteja desembaraçada, não haja exigências fiscais ativas e o evento "Carga Completamente Exportada (CCE)" tenha ocorrido.
- (E) O cancelamento da DU-E depende sempre de requerimento do exportador e somente pode ser autorizado pela Receita Federal, não sendo possível o cancelamento automático pelo sistema.

Arrecadação, Cobrança e Controle do Crédito Tributário

16

O Cadastro de Atividade Econômica de Pessoa Física (CAEPF) é o cadastro da RFB com informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física, quando dispensadas de inscrição no CNPJ.

Assim, as pessoas físicas equiparadas a empresas que antes utilizavam a matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) para cadastro de suas atividades econômicas, passaram a utilizar o CAEPF.

Conforme definido na Lei nº 8.212/1991, no Decreto nº 3.048/1999, e nas Instruções Normativas RFB nos 1.828/2018, e 2.110/2022, estão obrigados a se inscrever no CAEPF as pessoas físicas que exercem atividade econômica como contribuinte individual, **exceto**

- (A) a que possua seguro que lhe preste serviço.
- (B) o produtor rural cuja atividade constitua fato gerador da contribuição previdenciária.
- (C) o titular de cartório, caso em que a matrícula será emitida no nome do titular, ainda que a respectiva serventia seja registrada no CNPJ.
- (D) a pessoa física não produtor rural que adquire produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física.
- (E) o perito contábil.

17

Em relação ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), assinale a afirmativa correta.

- (A) É um banco de dados gerenciado pela Receita Federal do Brasil (RFB), que armazena informações cadastrais de todos os cidadãos inscritos. Cada pessoa registrada possui um único número de identificação formado por treze dígitos.
- (B) Foi criado em 1965, por meio da Lei nº 4.862, com o objetivo de que a administração tributária nacional pudesse coletar as informações das Pessoas Físicas que eram obrigadas a apresentar a declaração de rendimentos e bens, ou seja, servia para identificar os contribuintes do Imposto de Renda.
- (C) Apesar de a inscrição no CPF não ser obrigatória para todos, em muitos municípios do país a inscrição já tem sido feita no momento do registro do recém-nascido no cartório de registro de pessoas naturais, desde que o cartório tenha aderido ao convênio da REDESIM.
- (D) A solicitação de inscrição, atualização, regularização, consultas e outras atualizações de cadastro CPF somente podem ser solicitadas na rede de atendimento virtual (sítio eletrônico da RFB na internet, e-CAC).
- (E) Uma vez inscrita uma pessoa física, por ocasião do término de sua existência ou de seus bens as informações inseridas no CPF são eliminadas.

18

Sobre as causas suspensivas e extintivas do crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção que relaciona corretamente a causa e seu efeito.

- (A) O depósito judicial do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário e sua conversão em renda extingue o crédito tributário.
- (B) A anistia é causa de extinção do crédito tributário por ela atingido.
- (C) A remissão é causa de exclusão do crédito tributário.
- (D) A transação, cumpridos seus requisitos, suspende o crédito tributário.
- (E) A tutela judicial antecipada, em ação declaratória, extingue o crédito tributário, sob condição ulterior de confirmação da tutela.

19

Considere o relato a seguir.

- I. Alexandre finalmente conquistou seu sonho: adquiriu uma vasta propriedade no campo.
- II. Sem familiaridade com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), não sabia que era necessário preencher e enviar a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) e, quando enviou a declaração, o prazo para envio já havia expirado.
- III. Transmitiu a declaração e foi surpreendido com uma multa por atraso na entrega da DITR.
- IV. Optou por pagar o ITR apurado em quatro cotas, tal como permitido pela legislação.
- V. Parcelou a multa, o que lhe ainda dava o direito a desconto de 50% do valor.

A partir desse relato, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Em I, temos o fato gerador do ITR.
- (B) Em II, a DITR é um exemplo de obrigação acessória.
- (C) Em III, a multa por atraso na entrega é um exemplo de lançamento de ofício.
- (D) Em IV, temos um exemplo de homologação do crédito tributário pelo pagamento antecipado e posterior extinção do lançamento.
- (E) Em V, o parcelamento da multa representa uma forma de suspensão do crédito tributário.

20

Com relação à revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), avalie as afirmativas a seguir.

- I. Apenas débitos declarados podem ser objeto de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita (PRDI); isto é, o PRDI não se aplica a lançamentos de ofício.
- II. O pedido de parcelamento efetuado após a inscrição em DAU é um dos motivos que podem embasar um PRDI.
- III. A retificação de declaração que importe em redução de débitos já inscritos em DAU não surtirá efeito e, portanto, não pode ser acatada como motivo para deferimento de PRDI.

Está correto o que se afirmativa em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

21

Acerca do Imposto Sobre Produtos Industrializados, considere os enunciados a seguir.

- 1º O IPI é devido nas seguintes hipóteses: na importação, quando do desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira; na operação interna, quando há saída de produto de estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial; na sua arrematação, quando se tratar de produto apreendido ou abandonado e levado a leilão.
- 2º O IPI está previsto na própria Constituição Federal, em seu art. 153, inciso IV, e foi instituído em nosso ordenamento jurídico pelo art. 46 do Código Tributário Nacional.
- 3º O IPI é apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e declarado ao Fisco por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb).
- 4º Caso o contribuinte não entregue a EFD e/ou a DCTFWeb, estará sujeito a penalidades previstas em lei.

Levando em conta os enunciados acima, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O primeiro enunciado descreve o fato gerador do IPI.
- II. No segundo enunciado, estamos diante da hipótese de incidência do IPI.
- III. A DCTFWeb e a EFD são exemplos de obrigações acessórias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22

Leia o fragmento a seguir.

No atual cenário econômico brasileiro, os benefícios fiscais desempenham um papel ambíguo: são considerados essenciais para estimular o crescimento, atrair investimentos e mitigar os efeitos da desaceleração econômica, mas também representam um desafio fiscal relevante devido ao seu alto custo e complexidade.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os benefícios fiscais são desonerações autorizadas por lei, voltadas para um grupo específico de contribuintes, que resultam em acréscimo de arrecadação tributária.
- (B) Os principais tipos de benefícios fiscais são anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- (C) A instituição de um benefício fiscal visa sempre ao alcance de objetivos de interesse privado e tem como destinatário um grupo específico de contribuintes, de setor ou de região.
- (D) Após a concessão do benefício fiscal, o contribuinte passa a usufruí-lo sem que haja qualquer fiscalização por parte da RFB para verificação da continuidade do cumprimento das condições e requisitos exigidos.
- (E) O Simples Nacional é um exemplo típico de regime especial de tributação, em que uma forma diferenciada de tributação é aplicada a determinado setor ou atividade empresarial. Contudo, não possui qualquer relação com a fruição de benefício fiscal ou redução de carga tributária.

23

A partir de 1º de janeiro de 2025, os débitos informados na DCTF PGD passaram a ser declarados na DCTFWeb mensal, usando o Módulo de Inclusão de Tributos (MIT).

A respeito dessas declarações e do MIT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O MIT é um serviço integrado à DCTFWeb usado para incluir nesta declaração os tributos previdenciários apurados pelo e-Social e pela EFD-Reinf.
- (B) O Módulo de Inclusão de Tributos (MIT) é uma declaração acessória, assim como a DCTF e a DCTFWeb.
- (C) A partir do advento do MIT, os créditos tributários constituídos pela DCTF não são mais passíveis de retificação, mesmo que ainda não tenham se passado 5 (cinco) anos da sua constituição.
- (D) Os débitos na DCTFWeb são gerados, regra geral, a partir das informações prestadas nas escriturações do eSocial e EFD-Reinf. Por isso, para alterar os seus valores é necessário também corrigir as escriturações que deram origem à DCTFWeb.
- (E) São exemplos de tributos apurados no e-Social e “puxados” pela DCTFWeb o IRPJ, a CSLL, o PIS, a COFINS e a CIDE.

24

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Ele unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas mediante fluxo único e computadorizado de informações.

Sobre o Sped, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Por meio do SPED os contribuintes transmitem às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores diversos documentos eletrônicos, como por exemplo a ECF, EFD-Contribuições, EFD-Reinf e e-Social.
- (B) A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substituiu a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e é a obrigação acessória por meio da qual o contribuinte apresenta as informações referentes à apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- (C) O contribuinte que deixa de apresentar as obrigações acessórias nos prazos fixados, ou que as apresenta com incorreções, estão sujeitos à aplicação de multas.
- (D) A EFD-Reinf tem por objetivo coletar informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, de forma a possibilitar o acesso a tais informações pelos órgãos participantes do projeto.
- (E) A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) é um projeto desenvolvido de forma conjunta pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e a Receita Federal do Brasil.

25

O sistema "Omissos" engloba um conjunto de ferramentas tecnológicas que permitem à Receita Federal identificar e cobrar, de forma automatizada e eficiente, as obrigações acessórias não cumpridas pelos contribuintes.

Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O principal objetivo do sistema Omissos é identificar omissões na entrega de declarações, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas.
- II. O sistema Omissos possibilita uma atualização ágil da situação cadastral dos contribuintes, pois estabelece integrações para registrar as inaptidões e as regularizações de inaptidões feitas pelo sistema no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- III. Apesar de estar integrado a diversos outros sistemas, o sistema Omissos ainda não fornece subsídios aos sistemas responsáveis pela verificação da regularidade fiscal do contribuinte (Situação Fiscal e Certidão).

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

26

A restituição, o ressarcimento e o reembolso são três conceitos distintos no direito creditório, mas usualmente tratados como sinônimos no dia a dia. No uso cotidiano, esses três conceitos referem-se à devolução de valores. O direito creditório, todavia, trata cada um com sua especificidade.

Sobre esses três conceitos, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os tributos PIS e Cofins podem gerar tanto restituição quanto ressarcimento.
- II. O reembolso decorre de pagamento a maior, na forma de antecipação, de contribuições previdenciárias
- III. A restituição da declaração de imposto de renda da pessoa física é, de fato, uma forma de restituição no seu conceito específico do direito creditório.
- IV. A diferença entre os conceitos está no sujeito passivo; a restituição é típica da pessoa física enquanto o ressarcimento é típico da pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

O direito creditório tem no Sistema de Controle de Créditos (SCC) um importante programa de controle. O SCC cumpre diversas funções e se comunica com diversos sistemas.

Acerca do direito creditório e o SCC, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O SCC se comunica com sistemas como a estão a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), a Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF), a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).
- (B) O Sistema de Controle recebe os dados, valida as informações e processa diversos itens. Além disso, ele emite documentos, decide sobre os pedidos e ainda encaminha o resultado de seu trabalho para as próximas etapas de processamento.
- (C) Como regra, o SCC decide sobre os pedidos dos contribuintes.
- (D) O SCC não consegue processar as informações advindas da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF).
- (E) O sistema Per/Dcomp é a interface entre o pedido de direito creditório dos contribuintes e os sistemas de processamento da RFB.

Atendimento ao Contribuinte

28

A atuação da Administração Tributária como principal orientadora dos contribuintes no que diz respeito ao recolhimento de impostos e o estímulo a arrecadação espontânea, não só permite a prestação de um serviço de qualidade, como também a otimização do uso do dinheiro público, permitindo que seus maiores esforços sejam concentrados no combate à fraude e sonegação fiscal.

É nesse contexto de modernização da atuação das Administrações Tributárias, da otimização da utilização dos recursos públicos, da melhoria na prestação de serviços, do investimento tecnológico e do foco no combate a fraudes e sonegação que se desenha os esforços para incrementar a arrecadação espontânea.

Considerando que o atendimento ao contribuinte é peça primordial nesta evolução e modernização da Receita Federal, com foco na solução de problemas, na orientação tributária e na conformidade tributária, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As Administrações Tributárias ao redor do mundo têm assumido cada vez mais um papel orientador no qual a qualidade de seu desempenho é medida tanto pela arrecadação quanto pela qualidade do serviço prestado.
- (B) A prestação de serviço de qualidade envolve não só investimento em pessoal, em tecnologia, mas também o uso consciente do dinheiro público através da otimização do seu uso.
- (C) Há uma tendência cada vez maior em que as Administrações Tributárias assumam um papel de repressor.
- (D) Na Receita Federal do Brasil, o atendimento ao contribuinte está vinculado à Suara (Subsecretaria de Arrecadação, Cadastro e Atendimento), pois compete a ela planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao atendimento presencial e à distância ao contribuinte.
- (E) Nos últimos anos, as sociedades têm exigido mais qualidade na prestação de serviços e colaboração na atuação do Fisco.

29

A Ouvidoria é o elo entre a sociedade e a Receita Federal para garantir o direito à manifestação e orientar o cidadão sobre como proceder na defesa de sua cidadania.

Após a implantação da plataforma GOV.br, a Ouvidoria do Ministério da Fazenda passou a constar no Fala.br, uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo federal.

Acerca da Ouvidoria na Receita Federal do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os fatos deverão ser apresentados de forma clara e objetiva, relatando os possíveis delitos e/ou irregularidades e contendo elementos mínimos de identificação, como CPF ou CNPJ bem como endereço ou cidade do denunciado para que a irregularidade possa ser analisada.
- (B) No caso de denúncias realizadas pela Ouvidoria, todo o processo é feito via sistema e não há garantia de proteção dos dados pessoais do denunciante.
- (C) O cidadão pode acessar o canal da ouvidoria somente na página inicial da RFB na internet.
- (D) Fale Conosco é, essencialmente, um canal de pós-atendimento, destinado a prestar informações de caráter geral, que não substituem o processo de consulta, tampouco o atendimento presencial
- (E) Ouvidoria é um canal de pré-atendimento ao cidadão, que se presta a atender àqueles que não tenham ficado satisfeitos com resposta ou solução apresentada nos demais canais de atendimentos da Receita Federal.

30

O *Chat RFB* foi implantado em abril de 2019 e está disponível no Portal e-CAC na Aba "Outros". Trata-se de atendimento por meio do *chat* (bate-papo), ou seja, é uma conversa direta com o servidor da Receita Federal especialista no assunto escolhido.

Sobre o *Chat RFB*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Possui uma funcionalidade de abertura automática de processos de atendimento, onde o diálogo do atendimento não é transcrito
- II. Não realiza os serviços disponíveis no Portal e-CAC ou via Processo Digital, a fim de evitar concorrência de canais de atendimento.
- III. A Portaria RFB nº 90/2021, permite a prestação de mais de um atendimento para o mesmo interessado ou atendimento para serviço diferente daquele que foi selecionado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Em relação ao tema de Digitalização de serviços e à obrigatoriedade de entrega digital por meio do e-CAC, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Quando o serviço ainda não estiver disponibilizado no e-CAC ou quando o sistema estiver temporariamente indisponível, o contribuinte obrigado à entrega pelo e-CAC pode apresentar o pedido no atendimento presencial, mas em formato digital, assinando os documentos com assinatura eletrônica permitida pela legislação.
- II. O processo digital aberto no e-CAC ficará disponível para solicitação de juntada de documentos pelo prazo de três dias úteis, contado da data de sua abertura, respeitada a jurisdição do contribuinte/interessado do processo digital.
- III. Na solicitação de juntada, os documentos deverão ser enviados em arquivos separados, conforme o conteúdo, com indicação do tipo de documento no sistema e-Processo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Estado, Sociedade e Transformação Digital

32

Um funcionário foi convidado a representar a Receita Federal do Brasil (RFB) em um evento internacional e foi questionado sobre como o Brasil gerencia suas extensas fronteiras terrestres.

Considerando a estratégia adotada pela RFB nos últimos anos que, atualmente, está em curso na instituição, assinale a opção que apresenta a resposta mais apropriada a esse questionamento.

- (A) O Brasil não controla suas fronteiras.
- (B) A RFB está planejando contratar um quadro específico de servidores e criar uma fronteira blindada, com um posto de fronteira no máximo a cada 10 km de distância.
- (C) O Brasil controla as suas fronteiras de forma otimizada usando, sempre que possível e adequado, tecnologia da informação e inteligência.
- (D) A RFB não tem limitações de recurso que justifiquem quaisquer ações mitigatórias ou de otimização por isso opta pelo controle de força bruta em toda a sua fronteira.
- (E) O Brasil subcontrata outros países para fazer o controle da fronteira nacional.

33

Um funcionário foi convidado para representar a RFB em um evento internacional e foi questionado sobre o projeto IRIS de viajantes.

Assinale a opção que indica a resposta mais adequada a esse questionamento.

- (A) O Brasil adotou a técnica de abuso de autoridade, e impõe que todos os viajantes sejam submetidos a uma minuciosa inspeção física.
- (B) O escaneamento das íris dos viajantes aumenta a assertividade do processo de localização de viajantes problemáticos.
- (C) A leitura da íris permite identificar padrões de comportamento mal-intencionados
- (D) Haja vista as limitações de recursos e a necessidade de um processo mais eficiente, o projeto ÍRIS utiliza as técnicas de gestão de risco e inteligência para identificar os alvos mais adequados para a inspeção aduaneira. Neste sentido, a identificação por tecnologia de reconhecimento facial trás celeridade e assertividade ao processo.
- (E) A burocracia é saudável e, por esta razão, o projeto ÍRIS solicita que cada viajante preencha um formulário de identificação semelhante ao utilizado nos voos para os Estados Unidos.

34

A pandemia de COVID-19 foi um divisor de águas e impôs grandes desafios a toda a sociedade brasileira. A Receita Federal do Brasil (RFB) contribuiu para minimizar os impactos econômicos dessa catástrofe por meio de um projeto paradigmático.

Nesse sentido, assinale a opção que indica corretamente o nome desse projeto e seu papel para a sociedade brasileira.

- (A) Projeto controle aduaneiro pelo *Blockchain* / Governo agiu para combater a pandemia no Mercosul.
- (B) COMPARTILHA-RFB / Governo como plataforma em prol da sociedade.
- (C) COMPARTILHA – RFB / Pronamp a favor das empresas da América do Sul e do Caribe.
- (D) COMPARTILHA – RFB / Gestão por créditos e carbono.
- (E) ZERO-DADO / Prova da ineficiência e falta de criatividade da RFB.

35

As opções a seguir estão relacionadas à tecnologia *blockchain*, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O Bitcoin usa um *blockchain*.
- (B) A tecnologia é usada pela RFB apenas para a gestão de ativos financeiros que são regulados pela Portaria nº 342/98 da RFB.
- (C) É um contraponto ao modelo cliente-servidor.
- (D) Se caracteriza por regras de governança definidas via *smartcontracts*.
- (E) Se caracteriza por regras de comportamento definidas via *smartcontracts*.

36

O Fundo Monetário Internacional (FMI) enviou uma missão para comparar o Brasil às principais economias do mundo. Durante a análise, a missão examinou a Receita Federal do Brasil (RFB) e identificou uma característica marcante do país no que se refere às soluções tecnológicas e à oferta de serviços à sociedade.

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta uma provável conclusão do relatório do FMI.

- (A) A RFB entende que é função de governo e busca a maior dotação orçamentária possível junto ao congresso nacional. Idealmente superior ao orçamento das forças armadas.
- (B) A RFB escolheu uma solução célere para oferecer soluções inovadoras: Optou por ser o laboratório de testes para soluções de grandes empresas internacionais em detrimento de soluções criativas locais.
- (C) A RFB ainda carece de adotar novas tecnologias e de propor soluções inovadoras em prol da sociedade.
- (D) A RFB deu um importante salto e está adotando a Inteligência Artificial. Nos próximos cinco anos, todo o trabalho será feito apenas por máquinas o que trará uma economia substancial para a sociedade brasileira em detrimento da força de trabalho humana da instituição.
- (E) A RFB se destaca por usar amplamente a tecnologia da informação para compensar a falta de recursos financeiros e humanos.

Tecnologia da Informação e Fluência em Dados II

37

O armazenamento de arquivos referentes a documentos fiscais no Receita Data é feito de forma direta na HBase. Contudo, para arquivos maiores, consta no HBase apenas a referência a esses arquivos que, efetivamente, são armazenados no

- (A) *Power BI*.
- (B) HDFS.
- (C) ContÁgil.
- (D) DW.
- (E) MS Excel.

38

Os dados no Receita Data são classificados em fases 1, 2 e 3, as quais são chamadas de dados brutos, dados estruturantes e dados de negócio, respectivamente.

Com relação aos dados estruturantes:

- I. sempre que possível, devem manter todos os campos contantes dos dados brutos (fase 1), sem qualquer agregação,
PORQUE
- II. cada área da RFB tem interesses em análises diferentes sobre as mesmas bases de modo a atender às suas necessidades de negócio.

Considerando a relação entre as frases I e II, assinale a afirmativa correta.

- (A) As frases I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (B) As frases I e II são falsas.
- (C) A frase I é verdadeira, mas a II é falsa.
- (D) As frases I e II são verdadeiras, sendo que a II é uma justificativa da I.
- (E) A frase I é falsa, mas a II é verdadeira.

39

Analise o fragmento a seguir.

Visando a redução do tempo de consulta, dado o grande volume de dados envolvidos, os registros são _____, o que resulta em um _____ no tamanho da estrutura da tabela. Em razão disso, as tabelas são armazenadas no formato _____, que é orientado a _____, facilitando a consulta aos dados.

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) normalizados – encolhimento – Kudu – linhas
- (B) normalizados – aumento – Parquet – linhas
- (C) desnormalizados – aumento – Kudu – colunas
- (D) desnormalizados – encolhimento – Parquet – colunas
- (E) desnormalizados – aumento – Parquet – colunas

40

No que se refere à construção da estrutura desnormalizada dos documentos fiscais no Receita Data, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O formato de arquivo Parquet otimiza o armazenamento dos dados “por linha”, evitando assim as repetições de valores em vários registros na mesma coluna, que são comuns com o armazenamento de estrutura “desnormalizada”.
- () As diferentes versões que existirem sobre um mesmo leiaute de arquivo são consolidadas de modo a resultar em uma única estrutura que englobe todas as mudanças.
- () Não são tratadas as compatibilidades de versões em situações nas quais, por exemplo, um campo que em uma versão apresentava as informações de data e hora juntas, mas em outra versão passou a apresentá-las em campos separados.

As afirmativas são respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

41

Sobre as diretrizes da Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico da RFB, considerando o disposto no Art. 3º da Portaria RFB nº 206/2022, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Prover os insumos de informações necessários ao cumprimento da missão do órgão com qualidade, tempestividade, facilidade e meios de acesso;
- II. Apoiar a governança de dados da RFB e garantir que sejam gerenciáveis;
- III. Tratar os dados e as informações de forma responsável e ética.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Analise o fragmento da diretriz da Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico da RFB constante do Artigo 3º, inciso IV, da Portaria RFB nº 206/2022, a seguir.

Propiciar a todos os usuários do Ambiente _____, de acordo com as políticas de _____ em vigor na RFB, o uso dos dados por meio da disponibilização de recursos para todos os _____, a fim de incrementar a proficiência na _____

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) Transacional – conformidade – serviços – solução de problemas.
- (B) Analítico – conformidade – perfis de usuários – análise de dados.
- (C) Transacional – segurança – perfis de usuários – análise de dados.
- (D) Analítico – segurança – perfis de usuários – análise dos dados.
- (E) Analítico – segurança – serviços – solução de problemas.

43

As opções a seguir apresentam atribuições da Divisão de Administração da Informação (Disad), constante do Art. 8º da Portaria RFB nº 206/2022, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Acompanhar a execução da Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico.
- (B) Apoiar atividades de gestão de dados nas áreas de Tecnologia da Informação (TI), mas não para as áreas de negócio.
- (C) Esclarecer dúvidas quanto à implementação da Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico.
- (D) Prestar o suporte necessário ao uso e à análise de informações, bem como ao desenvolvimento das soluções de TI relacionadas ao ambiente analítico.
- (E) Propor normas, padrões e procedimentos de TI relativos à análise de informações.

44

A Portaria RFB nº 206/2022, elenca, no seu Art. 5º, três comitês cuja função é harmonizar tanto o desenvolvimento quanto a aplicação da Política de Governança de Dados por meio da participação das diversas áreas da RFB.

Nesse sentido, relacione os comitês às respectivas competências.

1. Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI).
2. Subcomitê de Governança de Dados (SCGD).
3. Conselho de Curadores de Dados (CCD).

() Tem uma atuação técnica, buscando identificar as dificuldades operacionais da Política de Governança de Dados, propondo aos órgãos com competência normativa soluções para que esta possa ser aplicada na prática.

() Tem a atribuição de aprovar as políticas e diretrizes relativas à Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico da RFB.

() Tem atuação entre o estratégico e o técnico, tendo a incumbência auxiliar nas suas tomadas de decisão no que tange à governança de dados.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 2 – 3.

45

Sobre o ContÁgil, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Foi desenvolvido por um pool de empresas, em licitação internacional, visando receber dados minudentemente estruturados.
- (B) Permite a leitura, o tratamento, a importação e a análise de dados, empregando recursos visuais.
- (C) Permite a aplicação de recursos matemáticos e estatísticos na resolução das tarefas de quaisquer dos processos de trabalho definidos na instituição.
- (D) Tornou-se uma plataforma de desenvolvimento que integra o trabalho realizado nas estações de trabalho com o potencial de armazenamento e processamento do ambiente de big data da instituição.
- (E) Não se limita a apresentar tabelas, possui uma forma flexível de analisar os conjuntos de dados; o recurso denominado de MAD – Modelo Analítico Dinâmico.

46

Sobre *scripts* do ContÁgil, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

- () *Scripts* são componentes desenvolvidos por usuários do ContÁgil, que ampliam as possibilidades de uso da ferramenta.
- () A construção de um *script* requer a participação de um desenvolvedor do código fonte utilizado para a construção do ContÁgil, e não dispensa a instalação de softwares adicionais de desenvolvimento.
- () O *script* pode ser construído no ambiente ContÁgil nas linguagens JavaScript, Python, Ruby e Groovy, além da linguagem Java na qual o ContÁgil é desenvolvido.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

Sigilo Fiscal

47

Quanto aos aspectos gerais do sigilo fiscal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Em que pese não haver menção específica na Constituição Federal, o sigilo fiscal tem sua previsão expressa no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).
- (B) Mesmo tendo em conta o respeito aos direitos individuais, o Estado precisa ter acesso a dados que identifiquem o patrimônio, a renda e as atividades econômicas dos contribuintes, no âmbito de arrecadação tributária.
- (C) O sigilo fiscal se ampara constitucionalmente, de forma indireta, na inviolabilidade do direito à vida privada e à intimidade das pessoas, presente no Art. 5º.
- (D) As informações sujeitas ao sigilo fiscal são todas que versem sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios.
- (E) Os servidores da fazenda pública sujeitos ao dever de sigilo fiscal referem-se, de maneira taxativa, às pessoas físicas concursadas ou em cargo em comissão.

48

Assinale a opção que indica a informação que está sujeita ao sigilo fiscal.

- (A) Dados agregados em que não seja possível identificar o sujeito passivo.
- (B) Informações cadastrais de nome, data de nascimento, endereço, filiação, qualificação e composição societária.
- (C) Dados de parcelamentos concedidos.
- (D) Dados de representações fiscais para fins penais, após a constituição do crédito tributário.
- (E) Operações financeiras fornecidas à RFB com base na Lei Complementar nº 105/2001.

49

Com relação ao fornecimento de dados protegidos por sigilo fiscal à Polícia Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É permitido o fornecimento de dados protegidos por sigilo fiscal com base no Art. 198, § 1º, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN), em atendimento a solicitação administrativa, no interesse da Administração Pública.
- () Quando houver apreensão realizada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), e com a apresentação de cópia de Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal, devem ser fornecidas de forma ampla as informações solicitadas sujeitas ao sigilo fiscal.
- () A Receita Federal do Brasil deve fornecer informações protegidas por sigilo fiscal da unidade familiar e relativos aos negócios do sujeito passivo, para complementar a apuração de prática de infração penal objeto de representação fiscal para fins penais (RFFP).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F
- (B) V – F – V
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V

50

Acerca do sigilo fiscal e suas exceções, assinale a afirmativa correta.

- (A) A divulgação de informações sobre as representações fiscais para fins penais (RFFP) deve ser realizada no momento da ciência do sujeito passivo.
- (B) Verificam-se três hipóteses de divulgação de informações previstas no Art. 198, § 3º, do Código Tributário Nacional.
- (C) Quando da solicitação de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, a exceção ao sigilo fiscal exige a análise do caso concreto, ou seja, se os dados solicitados possuem pertinência direta com a infração administrativa investigada.
- (D) Considerando a previsão em Lei federal, a exceção relativa às solicitações de autoridade administrativa está restrita à esfera federal da Administração Pública.
- (E) A exceção ao sigilo relativa à requisição de autoridade judiciária só pode ser aplicada quando a autoridade requisitante é o magistrado.

Tributação e Contencioso

51

Acerca dos princípios aplicados ao processo administrativo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A unidade de jurisdição reserva ao Poder Judiciário a definitividade da prestação jurisdicional.
- (B) O princípio do contraditório e a ampla defesa significa assegurar aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- (C) O princípio da celeridade processual permite que os prazos processuais para os contribuintes sejam diminuídos se houver necessidade de uma tramitação mais ágil no curso do processo administrativo.
- (D) O Art. 5º, inciso LX, da Constituição Federal, determina que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (E) Segundo o princípio da oficialidade, uma vez iniciado o processo, compete à própria administração impulsiná-lo até sua conclusão, diligenciando no sentido de reunir o conhecimento dos atos necessários ao seu deslinde.

52

Acerca da comunicação dos atos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A intimação por edital somente pode ser realizada se infrutíferas todas as alternativas de intimação possíveis no processo administrativo.
- (B) A intimação pessoal será realizada pelo autor do procedimento ou por servidor do órgão preparador, provada pela assinatura do sujeito passivo, do seu mandatário ou do preposto.
- (C) A intimação pela via postal somente poderá ser efetivada se o próprio sujeito passivo assinar o aviso de recebimento com prova do recebimento no seu domicílio tributário.
- (D) A intimação por meio eletrônico somente pode ser realizada se a intimação pessoal resultar infrutífera.
- (E) O edital independe de tentativa frustrada de outra modalidade de intimação, tendo em vista que a nenhuma pessoa é recusado desconhecer as leis ou atos administrativos publicados no Diário Oficial da União (DOU).

53

Quanto à intimação, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A intimação pessoal efetiva-se na data da assinatura ou na data da declaração de recusa.
- II. A intimação postal efetiva-se na data do recebimento no domicílio tributário do intimado, desde que provada a sua recepção, ou, se omitida esta data, quinze dias após a expedição da intimação.
- III. A intimação pela via eletrônica somente se efetiva na data em que o sujeito passivo efetuar a consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) II e III, apenas.

54

A sociedade empresária *Beta* foi comunicada de decisão em primeira instância no dia 24 de janeiro, dia de expediente normal.

| Janeiro | | | | | | | Fevereiro | | | | | | | Março | | | | | | |
|---------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-----------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | |
| 6:00 | 13:00 | 21:00 | 29:00 | | | | 5:00 | 12:00 | 20:00 | 27:00 | | | | 6:00 | 14:00 | 22:00 | 29:00 | | | |

1 - Confraternização Universal

4 - Carnaval

Nesse caso, o prazo final para apresentação do recurso voluntário é

- (A) 25 de fevereiro, terça-feira.
- (B) 22 de fevereiro, sábado.
- (C) 24 de fevereiro, segunda-feira.
- (D) 21 de fevereiro, sexta-feira.
- (E) 11 de março, terça-feira.

55

Acerca dos prazos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez iniciada a contagem, ela não se interrompe, exceto se houver feriados prolongados no seu intercurso.
- (B) Os prazos são contados em dias úteis, conforme determinação existente no Código de Processo Civil.
- (C) Os prazos somente se iniciam ou se encerram em dia de expediente normal na repartição pública.
- (D) São contados no prazo o dia de início e o dia do vencimento.
- (E) Considera-se efetivada a intimação se esta ocorrer na área aduaneira, num sábado, tendo em vista que a administração tributária estaria trabalhando normalmente neste dia.

56

Acerca da formalização da exigência, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os tributos informados pelo contribuinte em instrumentos de confissão de dívida são passíveis de cobrança administrativa sem necessidade da lavratura de auto de infração.
- (B) O despacho aduaneiro é o procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo interessado em relação à mercadoria importada ou exportada.
- (C) Em relação ao mesmo sujeito passivo, deve ser lavrado auto de infração ou notificação de lançamento distintos para cada tributo ou penalidade.
- (D) No âmbito da União, a autoridade com atribuição de competência para a lavratura do auto de infração é o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.
- (E) Nos processos de parcelamento há uma confissão de dívida provisória do crédito tributário que deverá ser convalidada por auto de infração para possibilitar a efetivação da sua cobrança.

57

Considerando o caso de exigência fiscal formalizada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se houver impugnação fora do prazo, o processo deverá obrigatoriamente ser remetido à DRJ para apreciação de ofício de eventual vício material no processo.
- (B) O contribuinte pode solicitar prorrogação do prazo para a apresentação da impugnação se comprovar dificuldade na formulação de sua defesa.
- (C) A revelia significa a ausência do comparecimento do contribuinte no processo.
- (D) A impugnação somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se houver comprovação do depósito integral do crédito tributário.
- (E) O sujeito passivo somente poderá cumprir a sua obrigação mediante pagamento à vista, em dinheiro.

58

Acerca do contencioso administrativo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Contencioso administrativo fiscal de pequeno valor é aquele em que o lançamento fiscal ou controvérsia não supera 60 salários-mínimos.
- (B) No processo de pequeno valor, a decisão monocrática de primeira instância é proferida por integrante das turmas ordinárias das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ).
- (C) No processo de pequeno valor, a decisão de segunda instância é proferida pelo Carf somente em sede de recurso especial.
- (D) Nos processos acima de 60 salários-mínimos, a decisão de segunda instância é proferida pelas turmas de julgamento da delegacia de julgamento recursal da RFB (DRJ-R).
- (E) Nos processos acima de 60 salários-mínimos, o recurso especial é proferido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

59

Quanto ao recurso voluntário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo para interposição do recurso voluntário é de 20 dias.
- (B) O processo será analisado pelo Carf mesmo que não seja apresentado recurso voluntário, pela aplicação do princípio da verdade material.
- (C) O recurso especial é um direito do contribuinte, devendo ser julgado, em qualquer caso, pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- (D) O recurso voluntário tem efeito suspensivo e, em consequência, a eficácia da decisão de primeira instância fica sobrestada até que se decida o recurso.
- (E) O parcela do crédito tributário que não for objeto de recurso voluntário deve ser mantida no processo que será julgado no Carf, tendo em vista o princípio da sua unicidade.

60

Quanto ao caráter definitivo de uma decisão, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A decisão administrativa somente será definitiva após o término do prazo estabelecido pela administração para que o contribuinte interponha ação judicial sobre a matéria objeto da decisão.
- (B) É definitiva a decisão de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.
- (C) É definitiva a decisão de segunda instância, de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição.
- (D) É definitiva a decisão em sede de instância especial.
- (E) É definitiva a decisão de primeira instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

Realização

